

ÉTICA E MEIO AMBIENTE – O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE – UM FUNDAMENTO ÉTICO PARA UM NOVO AGIR HUMANO

FRANCINETE FRANCIS LACERDA¹
GERALDO MAJELLA BEZERRA LOPES^{1, 2, 3}

¹ Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA

² Academia Brasileira de Ciência Agrônômica.

³ Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica.

E-mail para correspondência: francis.lacerda@ipa.br

INTRODUÇÃO

Hans Jonas nasceu na Alemanha e estudou com Husserl e Heidegger. Em 1933, emigrou para a Palestina e, posteriormente, transferiu-se para a Itália, onde combateu o fascismo. Em 1949, transferiu-se para o Canadá e, em seguida, para os Estados Unidos, onde lecionou e viveu até 1993. Escreveu sobre filosofia da biologia, sobre gnose e, no final da década de 1960, sua atenção se voltou para questões éticas desencadeadas pelo progresso da tecnologia. Sua principal obra foi ‘O princípio responsabilidade’, publicada em 1979. Em fevereiro de 1993, morre Hans Jonas, após receber, na Itália, uma homenagem sobre ‘O princípio responsabilidade’. O princípio responsabilidade – ensaio de uma ética para a civilização tecnológica, tem seis capítulos. O capítulo I – A natureza modificada do agir humano é o foco deste ensaio. Entende-se que, para compreender toda a obra desse autor, este capítulo é fundamental, onde a preocupação maior nessa exposição é despertar a atenção para uma importante contribuição filosófica, tendo em vista a reflexão dos problemas éticos diante da atual crise ecológica e dos problemas do descontrole da técnica e suas

consequências para o planeta Terra. O livro tem como objetivo o fundamento filosófico-metafísico de uma ética e o dever para com as gerações futuras que se determinam como responsabilidade (OLIVEIRA, 2000).

As questões ambientais vêm sendo estudadas e debatidas tanto no meio acadêmico, quanto pela mídia em geral. O avanço tecnológico, ligado aos interesses econômicos, tem gerado acentuada degradação ambiental. A exacerbada industrialização de bens e produtos trouxe uma série de problemas ambientais sem solução, no curto prazo. O atual estilo de vida leva a um distanciamento da natureza. Há uma perda do significado de natureza e da vida, onde o natural é o que pode ser explorado, precificado e controlado. Neste ensaio, são apresentadas perspectivas que trazem à luz conceitos fundamentais abordados por Hans Jonas sobre questões com o meio ambiente, focando, principalmente, em aspectos acerca do desenvolvimento tecnológico, bem como o alto potencial humano em destruir o seu habitat.

Uma das questões levantadas por Jonas é como a técnica afeta a natureza do nosso agir e até que ponto isso influencia a

natureza humana. O agir, compreendido como intervenção tecnológica, exige uma normatização ética que seja adequada e proporcional ao próprio poder do agir no espaço natural. Esse agir traz consequências que convocam novas dimensões da responsabilidade. Essa responsabilidade e o novo poder liberado pela tecnologia não estão restritos ao indivíduo, apenas; suas práxis coletivas falam sobre suas consequências remotas, acumulativas e irreversíveis, explica Jonas. Para o autor, o novo poder tecnológico é ameaçador e o risco vem do seu sucesso, que envolve a desfiguração da essência humana. Diante disso, Jonas propõe uma postura de temor e reverência. A preservação dessa tal essência é um dever basilar, ético da responsabilidade, um dimensionamento

ético utópico para a organização do futuro da sociedade política (OLIVEIRA, 2006).

Qual a diferença entre a técnica pretérita e a atual? A modernidade caracteriza o agir humano autocentrado, estabelecendo um modelo antropocêntrico pautado na racionalidade técnico-científica da sociedade atual. O poder da esperteza humana, diz Jonas, descreve uma abrupta ação que violenta o cosmos, invadindo de forma atrevida os domínios da natureza. A civilização humana e a violação da natureza andam juntas, afirma Jonas. Neste ensaio, são apresentadas perspectivas que trazem à luz conceitos fundamentais do agir humano numa perspectiva da responsabilidade num sentido mais amplo, almejando uma reflexão que obriga a conservar por temor e respeito em meio à sua liberdade e a seu abuso de poder.

ÉTICA TRADICIONAL E O NOVO IMPERATIVO

As relações do homem com o mundo, fora da polis, eram consideradas neutras, exceto a prática da medicina. A polis constituía o lugar da ética, ou seja, toda ética tradicional está fundamentada no antropocentrismo. A ética se estabelece nas relações entre humanos e no plano das relações consigo próprio. A relação com as coisas e com os seres é mediada por pessoas. O resultado dos efeitos do agir humano quer sejam positivos ou negativos eram considerados dentro do espaço-tempo. Os efeitos remotos eram desconsiderados ou relegados ao acaso. As normas éticas tradicionais diziam respeito a uma comunidade presente e atual, e não ao futuro remoto ou às futuras gerações. Segundo Jonas, o imperativo kantiano domina as éticas tradicionais e é um exemplo desse caráter. “Ética tinha a ver com o aqui e agora, com ocasiões, tais como se estabelecem entre os homens, com as típicas situações recorrentes da vida privada e pública. O homem bom era aquele que

enfrentava essas ocasiões com virtude e sabedoria, que cultivava em si mesmo a capacidade e para tanto se conformava com o desconhecido” (JONAS, 2006 p.23).

Com a técnica moderna, o contexto ético tradicional se modifica. As ações humanas são permeadas pela técnica numa ordem totalmente diferente da ética da tradição, os novos objetos e a relação com eles provocam consequências que vão além do pensamento ético tradicional. A ética da intenção, segundo Jonas, continua valendo para as esferas cotidianas e recíprocas das relações humanas. Entretanto, ela é sombreada pela pelo agir coletivo, no qual o ato, agente e efeitos não são mais os mesmos. Essa nova dimensão do agir humano é aumentada pelo poder tecnológico, e as consequências exigem uma nova dimensão, sem precedentes, de responsabilidade. Hans Jonas traz a questão do desenvolvimento da técnica e suas consequências, contextualizando que a técnica sempre esteve presente no agir

humano como atividade que compreendia a si mesma como uma necessidade, e não como a finalidade de progredir. Os homens usavam a técnica sem refletir sobre os danos produzidos por ela e suas consequências no longo prazo. A diferença entre a técnica pretérita e a atual são os seus avanços descontrolados em evidência no século XX. Esse posicionamento de Jonas mostra sua preocupação com o futuro dos homens, postulando o cuidado com a natureza e uma obrigação com o futuro de longo prazo focado na ação presente. Hans Jonas propõe um novo imperativo ético em contraponto à ética tradicional kantiana - o ser humano não deve apenas focar suas ações em si e no momento presente - mas naqueles que ainda virão a existir, preservando e garantindo um meio ambiente com qualidade às futuras gerações.

O modelo proposto por Kant, segundo Hans Jonas, não dá conta da atualidade, pois o imperativo kantiano era voltado para o indivíduo e o seu critério momentâneo pautado numa ação que possa se tornar lei geral, ou seja, está preocupado apenas com o presente e na perspectiva da reciprocidade com os que já existem. Para Jonas, o imperativo kantiano não condiz com a realidade e coloca em questão a “heurística do medo”. Com base nisso, propõe um novo imperativo ético. Um imperativo que se casa com um novo agir humano estabelecido com base em um novo tipo de sujeito. O imperativo diz: “aja de modo a que os efeitos da tua atuação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra” (JONAS, 2006, p.47) ou “não ponha em perigo as condições necessárias para a conservação indefinida da humanidade sobre a Terra”. Jonas é mais enfático, quando diz que podemos arriscar a nossa própria vida, mas não a da espécie humana. O princípio Joniano não é a

responsabilidade de forma objetiva, e, sim, o da constituição subjetiva da autodeterminação do sujeito. Esse princípio faz parte da dimensão inacabada da responsabilidade do sujeito, e essa responsabilidade deve ser contínua para com todas as coisas de maneira e forma ilimitadas. O presente não pode ser coagido em detrimento do futuro. As gerações futuras não podem sofrer pelas atuais intercorrências. Jonas destaca que, na era da civilização tecnológica, em vista de seu potencial de destruição, o futuro da humanidade é um compromisso coletivo fundamental. Esse compromisso com as gerações futuras deve incluir a proteção da natureza, condição básica para a sobrevivência da espécie humana nesse planeta. Jonas também destaca as concepções egoístas da humanidade, que, somadas à sensação e visão antropocêntrica, estabeleceram comportamentos de total desinteresse pela natureza - uma perspectiva egocêntrica sobre as coisas.

Não é prudente negar que o avanço tecnológico trouxe benefícios à humanidade. Contudo, ao longo do processo histórico, a natureza foi instrumentalizada, objetificada, precificada e utilizada sem critérios. Jonas afirma que a civilização tecnológica ameaça as demais formas de vida no planeta e a própria humanidade. O dever com a natureza se revela importante com base no agir humano. Jonas revela em sua obra um cenário moderno, onde a vulnerabilidade da natureza perante as ações humanas tomou uma condição crítica. Assim sendo, o novo paradigma ético proposto por Hans Jonas induz a uma ruptura, com um modo de viver que se baseia no uso desenfreado e sem controle da tecnologia. O agir humano deve orientar-se, além da responsabilidade, pela sabedoria, conhecimento e humildade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOMEM E A TÉCNICA

O saber superou o papel outrora a ele atribuído, e se tornou objeto de um dever, saber esse que deve ser verificado à ordem causal do agir humano coletivo. Segundo Jonas, o fato de não haver verificação do saber e do poder tecnológico gera um descompasso entre a previsibilidade e o poder efetivo desse agir, que, por sua vez, gera um problema ético, impondo o reconhecimento do desconhecimento em oposição ao dever saber. A tese de Jonas é que os novos tipos e limites do agir humano exigem uma ética de previsão e de responsabilidade compatível com os limites, e tão nova quanto as situações que elas possam criar. Segundo Jonas, essas situações emergem das obras do *homo faber* (- itálico do autor). Ao analisar os paradigmas estruturais do atual estilo de vida do ser humano, o sentido de modernidade, onde o homem é o protagonista, a racionalidade técnico-científica se torna o substrato da sociedade atual. Há uma questão bastante pertinente que é típica da modernidade, que é quando se nota a exaltação do *homo faber*, que entregue a uma perspectiva utilitarista, instrumentaliza a sua ação e a reduz a um mero fazer utilitário; nesse caso, o pensamento se torna um mero cálculo de consequências, preso aos encadeamentos e refém dos meios e fins. Essa é a práxis da ação humana sob a perspectiva do *homo faber*, ditada pelas promessas de realização e de estabilidade - é o progresso material se estabelecendo como ideal.

Para Arendt (2007), caracterizar a ação humana traz o conceito da ilimitabilidade - um ato com uma série de encadeamentos de ações e reações, mudando ou rompendo as fronteiras do previsível. Arendt demonstra a fragilidade da ação humana e seu alto grau de risco. Por outro lado, a resistência à ação é a substituição por algo confiável e/ou previsível que se coaduna com a perspectiva

do *homo faber*. Essa estabilidade e segurança são recomendadas por Platão em “A República”, onde ele propõe um sistema político utópico, no qual o conceito de ação se dá em termos da produção e fabricação (ARENDETT, 2007). O pensamento científico foi influenciado por essa “transformação da ação em fabricação”, estabelecendo sua instrumentalidade com base no pensamento científico. Não obstante a ciência ter um papel importante na busca do conhecimento, Arendt (2009) destaca que, quando o pensar é utilizado somente como um meio para alcançar um fim, o pensamento está sendo retirado do seu papel mais importante.

Atualmente, o homem tornou-se objeto do seu próprio poder. A dependência do conhecimento científico já extrapolou o cuidar da vida, o progresso das ciências biomédicas, já indica a possibilidade de manipulação da vida e do seu controle, essas práticas ultrapassam as antigas categorias éticas. A questão da imortalidade, abordada em Jonas, revela um desejo humano que pode se tornar real. “Tais questões tangenciam nada menos que todo o sentido de nossa finitude, a postura diante da morte e o significado biológico geral do equilíbrio entre morte e procriação” (JONAS, 2006, p.58).

Para o autor, abolir a morte é abolir a procriação. O mundo seria de velhos, sem juventude e de indivíduos já conhecidos, sem a surpresa dos que poderiam existir. Para Jonas a mera perspectiva desse presente já levanta questões que nunca foram levantadas e que nenhum princípio ético passado está à altura de respondê-las.

A tecnologia aplicada ao homem – o controle genético dos homens futuros - querer tomar em suas mãos a própria evolução humana, com a finalidade não só de preservá-la, mas de melhorá-la e modificá-la... Diante disso, Jonas questiona o direito de fazê-lo! Somos qualificados

para esse papel de criador? Segundo o autor, essas questões exigem respostas antes que deixemos nos levar em uma viagem ao desconhecido. Ao tratar acerca das

necessárias mudanças das compreensões da ética, Jonas traz uma pergunta sobre o direito moral de se fazer experimentos com seres humanos futuros.

PRESERVAÇÃO E DIREITO DA NATUREZA

As ciências da natureza e o progresso científico tecnológico proporcionam ao agir humano um potencial de forças que gera uma transformação radical na essência do agir – considerando que o poder das intervenções tecnológicas está imbuído de um poder cumulativo e destruidor, alguns irreversíveis, que induzem à responsabilidade do agir, mediante a natureza. Segundo Jonas, não se trata apenas de ter prudência, mas de considerar a hipótese de um direito próprio, uma significação ética autônoma de uma

responsabilidade humana ampliada. O reconhecimento de que a natureza possui um direito próprio e uma significação ética autônoma significa abandonar a ética tradicional que considera o ser humano o centro de todas as coisas. O princípio de responsabilidade se presta a fundamentar uma metafísica para uma ética que inclui a natureza e sua preservação, sob as quais se mantém inalterada a essência do ser humano, na contradição de suas determinações.

CATÁSTROFE PELO USO INDISCRIMINADO

O lema baconiano, que diz que ‘saber é poder’, criou tendências de sucesso, o sucesso econômico e o biológico, e esse duplo sucesso tem conduzido às crises e às catástrofes. O sucesso econômico é medido pelo aumento da produção de bens conjuntamente com a diminuição do trabalho e, em decorrência, há um aumento do consumo e do bem-estar de forma sistemática, crescente, que resulta em mais aumento das transformações metabólicas no conjunto social para com o meio ambiente. Esse fato, por si só, já é um grande problema. O aumento exponencial da população em todo o planeta e essa explosão populacional leva à busca e aceleração e multiplicação por mais recursos, e o sucesso econômico e seus efeitos anulam a possibilidade de limite no curso dos próprios acontecimentos. “Vista como problema de metabolismo planetário, a explosão populacional retira do anseio ao bem-estar a faca e o queijo na mão e

constrangerá uma humanidade que empobrece, para garantir a sua sobrevivência, aquilo que, para prover a felicidade, ela podia fazer ou não fazer, isto é, a sempre crescentemente impiedosa pilhagem do planeta, até que este pronuncie sua palavra de força e se furte à exigência excessiva ... Como, depois disso, um resto de humanidade poderá começar de novo sobre a terra desertificada, isso se furta a toda especulação “(JONAS, 2006, p.252).

Vive-se o auge do poder da exploração técnica da natureza para a sua submissão e subjugação aos interesses humanos, produzindo a catástrofe ecológica, onde se vê com clareza a perda do controle sobre si mesmo. Assim, o ideal baconiano se traduz em sua incapacidade de proteger o ser humano e a natureza.

“A profunda paradoxia, jamais suspeitada por Bacon, do poder criado pelo saber consiste em que ele, na verdade, conduziu a algo do “domínio” sobre a

natureza (isto é, ao seu aproveitamento potencializado), mas, com isso, ao mesmo tempo, à completa sujeição a si mesmo. O poder se tornou autossuficiente (selbstmächtig), enquanto a promessa se converteu em ameaça e sua perspectiva de salvação em apocalipse” (JONAS, 2006).

Diante desse quadro, o que fazer para que o fim não seja um imperativo da própria catástrofe? Uma nova reflexão

sobre o poder e seu poder, independente do progresso técnico, que supere a incapacidade em relação à compulsão do poder tecnológico autocentrado. Esse novo poder, segundo Hans Jonas, não emergirá da esfera do saber e nem do comportamento privado, mas da sociedade como um todo, de um sentimento de responsabilidade coletiva e temor.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARADIGMA ESTRUTURAL E DIREITO DA NATUREZA

O atual modelo desenvolvimentista da sociedade mundial vem sendo inspirado e pautado no pensamento reducionista de ideal baconiano (saber é poder). As tecnologias são ou não introduzidas no mundo com base em vantagens e controle dos processos para obtenção de lucros. Segundo Kneller (1980), esse controle está nas mãos dos que detêm o processo tecnológico, e o desenvolvimento material só se torna desenvolvimento humano para os que têm acesso à tecnologia. O uso indiscriminado e acrítico de tecnologias desenvolvimentistas determina a forma estrutural da sociedade, tornando-a cada vez mais artificial (KNELLER, 1980; LACERDA & LOPES, 2017).

A visão de mundo tornou-se objetivista. Essa perspectiva reducionista, associada a uma visão de instrumentalidade no pensamento científico, determina uma forma de agir que se pauta na “segurança” do fabricar, do progresso desenvolvimentista que, por sua vez, é incoerente com a manutenção da vida no planeta. É esta forma científicista e artificial de ser e estar no mundo, do ser humano, que irá influenciar o estilo de vida atual (LACERDA & LOPES, 2017).

Esse descontrole explora e provoca rupturas na natureza. Um dos principais problemas do antropocentrismo é enxergar a natureza como uma coisa a ser explorada

e controlada, uma visão fatal - o homem acha que é tudo e pode tudo - isso influenciou o desenvolvimento a ter como base o cartesianismo. É seguindo essa visão, onde tudo passa a ser visto como trivial e explorável, que a exaustão dos recursos naturais do planeta Terra pode ser apreendida (LACERDA & LOPES, 2017).

A falta de controle e de reflexão sobre os conhecimentos técnicos e científicos enfraquecem a autonomia e a liberdade das pessoas. Jonas (2007) recomenda maior controle social em relação às tecnologias e tecnociências, pois esses setores não podem ser incompreensíveis ao controle social. O perigo é que, uma vez introduzida uma determinada tecnologia, nos contextos dos interesses socioeconômicos, não há como detê-la. A tecnologia detém poder, segundo Morin. Uma revolução incontrolável, anônima e não planejada aponta à catástrofe num ritmo exponencial, que foge ao controle (MORIN, 2007).

A elite mundial impõe um *modus operandi*, onde o real é apenas o quantificável, uma lógica reducionista que impulsiona a irreversibilidade do progresso desenvolvimentista, que não promove virtude e estimula vícios. Assim, estabelece-se um paradigma ilusório sobre a “racionalidade dos mercados” que fomenta

a gestão das sociedades desenvolvidas e a inovação tecnológica (KNELLER, 1980).

Até que ponto a visão antropocêntrica deve perdurar estimulando o processo incontrolável de desenvolvimento pernicioso? Há uma drástica perda do significado de natureza e

da vida, onde o natural passa ser o que pode ser explorado, precificado e controlado. Nós nos tornamos cada vez mais escravos e absortos na lógica estruturante do tecnicismo, reformando a nossa ordem diante do universo (MORIN, 2007).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RESPONSABILIDADE COM O PRESENTE E DEVER PARA COM O FUTURO

O novo paradigma ético baseado na força da previsão e no poder de agir reconhece as limitações humanas e faz parte do processo de autocontrole necessário para a proteção da natureza. Em Hans Jonas, a incerteza dos prognósticos de longo prazo, num contexto em que o equilíbrio entre as alternativas paralisa a utilização dos princípios na esfera dos fatos, deve ser considerada, como fato (JONAS, 2006, 83p.). Por sua vez, o modelo de política utópica, nominado pelo Jonas, valoriza a expectativa pelo futuro, pressupõe uma escatologia da história, um pensamento filosófico que se orienta por hipóteses distintas acerca do destino da humanidade. A responsabilidade hoje, o futuro ameaçado e a ideia de progresso são destacados por Jonas, como característica fundamental da civilização tecnológica, bem como o seu potencial de destruição do futuro da humanidade. O compromisso com as gerações futuras deve ser orientado para a constância da vida na Terra e para o bem comum, garantindo aos futuros homens não nascidos uma vida de qualidade e desfrute de um meio ambiente saudável. O dever ético é visto pelo autor como uma responsabilidade de preservação, de proteção da natureza e do homem, afastando o pensamento baseado apenas em progresso e aperfeiçoamento tecnológico. A orientação da atividade tecnológica deve levar em conta o dever humano para com um ambiente satisfatório para existência dos sujeitos.

Em seus relatos, Jonas traz uma expressão que demonstra sua preocupação com a reação da natureza, quando escreve: “quem está ameaçado levanta sua voz” (JONAS, 2006 P.231), uma preocupação que revela um apelo à reorientação das atitudes humanas para o bem agir, e tem como objetivo não só os indivíduos, mas a natureza como um todo. O autor sugere que se deve incorporar a ideia sobre os deveres do indivíduo na sua condição de existir – fazendo uso da investigação teórica do ser-ontologia do ser. Há, no conteúdo filosófico da obra de Jonas, aspectos que trazem o debate do capitalismo e marxismo. O autor dá atenção às premissas utópicas do marxismo. Há uma comparação, indicando o marxismo como vantagem, essas comprovariam e favoreceriam o marxismo. O ideal utópico adequa fins soberanos da humanidade e do princípio da igualdade - responsável pelo sentimento de justiça social. O princípio responsabilidade de Hans Jonas se coloca como desafio ético, defendendo o valor da humanidade em detrimento aos avanços tecnológicos e do crescimento sem critérios, contextualizando os limites à degradação do meio ambiente. Para Jonas, devemos supor a continuidade da existência, fazendo uma reflexão sobre o dever do modo de ser da futura humanidade, que tem a vantagem de poder ser deduzido de princípios da ética e cuja observação assegura a existência da humanidade. A ética, a partir de direitos e deveres, pode, segundo Jonas, ser assim enunciada: “Já

que de qualquer modo haverá futuramente homens, essa sua experiência, que terá sido independente da sua vontade, lhes dará o direito de nos acusar, seus antecessores, de sermos a causa de sua infelicidade, caso lhes tivermos arruinado o mundo ou a constituição humana com uma ação descuidada ou imprudente.” (JONAS, 2006)

A forma sustentável de viver inclui valores éticos, pelos quais sejam compartilhadas condições mínimas de bem-estar harmônico com o meio ambiente para gerações atuais e futuras, é desenvolver uma nova ordem social, considerando a complexidade do meio ambiente. Assim sendo, Hans Jonas se torna um marco referencial, sobretudo, porque o princípio responsabilidade se mostra como uma teoria que sinaliza para um novo paradigma

ético que aponta para além da geração atual. A sustentabilidade ambiental compreende mudanças nas estratégias políticas e econômicas para um novo modelo de desenvolvimento mais equilibrado, onde a sustentabilidade é valorada. Essa ação requer mudanças na cultura, que possa superar as armadilhas e falácias - responsáveis pelo atraso na ampliação de argumentos em favor da recomposição dos interesses humanos - empecilhos para aplicação do princípio sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito recente e surge de autoconsciência da existência humana, responsável por sua existência e pelo planeta, fundamenta-se em práticas que sustentem o valor ambiental como um todo, orientado por uma ética de responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hans Jonas explora, com propriedade, o debate do otimismo versus pessimismo, frente à sobrevivência da humanidade, em busca de uma ética da civilização tecnológica, colocando questões pertinentes ao ‘ser’ e ‘dever ser’, buscando a superação dos surrealismos dos valores para estabelecer o dever do ‘ser’. Jonas contextualiza que o atual modelo inspirado no ideal Baconiano tem por finalidade utilizar a ciência para servir o homem e dar-lhe poder sobre a natureza. Além do mais, faz críticas ao capitalismo e ao comunismo, contemporâneos, como a toda civilização tecnológica atual.

Jonas avalia que as transformações originaram alterações na ação humana e sugere modificação na ética, já que a ética está relacionada diretamente com o agir. A antiga ética não consegue dar conta das consequências impostas pela técnica moderna, e Jonas não esconde o seu pessimismo quando argumenta que – ‘quem quer melhorar o mundo a qualquer preço é

porque está pessimista em relação à humanidade atual’. Os avanços na produção de máquinas possibilitaram aumento da produção e proporcionaram o aumento do consumo, pela humanidade, por bens e alimentos; por outro lado, criaram uma carência na necessidade de trabalho, gerando milhões de desempregados.

Jonas contextualiza que a presença do homem no planeta, no passado, era algo irrelevante e indiscutível, por isso tudo, partia do indivíduo e do seu dever e conduta. Atualmente, essa questão da presença e atuação do humano no planeta tornou-se objeto do dever de conservar e preservar o mundo.

O autor denuncia que a tecnologia atual trouxe ao ser humano, também, dificuldades, porém, não vai além da abordagem dos problemas relacionados à questão das máquinas ou o mau uso da ciência. Jonas afirma que parte do problema está na perda do sentido de transcendência que o Ocidente há 200 anos perdeu quase

que completamente. O mundo ocidental não possui a melhor resposta em termos do funcionamento da sociedade para garantir sua sobrevivência em longo prazo. Para o autor, não há esperança, porque há uma negação da existência do Ser e de que o mundo tem um propósito e uma finalidade. Hans Jonas revela que o Ocidente destrói a si mesmo quando tenta anular qualquer necessidade de sua população de trabalhar de maneira criativa por sua sobrevivência. A liberdade precisa da necessidade, afirma Jonas. Uma população com excesso de benefícios e muito tempo livre tem um potencial destrutivo que hoje se percebe com clareza. O Princípio Responsabilidade impõe um temor e respeito, apontando para a conservação íntegra da humanidade, que persiste na dúvida de sua liberdade frente ao mundo e sua essência contra os abusos do seu poder.

Concluindo, pode-se dizer que profunda é a transformação na forma como percebemos a realidade, reflexo daquilo que somos na atualidade. Apresentar críticas e sugestões a esse acelerado processo de avanço tecnológico é necessário e urgente. O ser humano não pode ser considerado como o ponto de partida e de chegada, ainda mais avaliando que o nosso sistema solar tem aproximadamente 4,6 bilhões de anos, a ideia de princípio é que deve ser questionada.

Ao fixar as questões políticas e econômicas como as causas da incapacidade momentânea do ser humano em dar a devida importância às questões ambientais, deixa-se de lado talvez a questão mais fundamental em todo esse processo de compreensão da realidade, tanto no momento, quanto principalmente para o futuro – ‘a ética’. As questões

econômicas e políticas devem ser repensadas sobre esse novo paradigma – o da responsabilidade com as gerações futuras. A tecnociência, ligada a interesses econômicos, gerou degradação do ambiente no planeta. A exacerbada industrialização de bens e produtos trouxe uma série de problemas ambientais sem solução, no curto prazo. O atual estilo de vida leva a um distanciamento da natureza. A tecnociência, ligada a interesses econômicos, gerou degradação do ambiente no planeta. A exacerbada industrialização de bens e produtos trouxe uma série de problemas ambientais sem solução, no curto prazo. O atual estilo de vida leva a um distanciamento da natureza. Seria esse o sentido de modernidade, onde o homem como protagonista estabelece o modelo antropocêntrico? Há uma perda do significado de natureza e da vida, onde o natural é o que pode ser explorado, precificado e controlado.

Neste ensaio, foram apresentadas perspectivas que trazem à luz conceitos fundamentais para a renovação do pensar, do agir e da abordagem dialógica, num sentido mais amplo, almejando uma renovação crítica do horizonte ético-ambiental (LACERDA & LOPES, 2018).

O Princípio Responsabilidade impõe um temor e respeito, apontando para a conservação íntegra da humanidade que persiste na dúvida de sua liberdade frente ao mundo e sua essência contra os abusos do seu poder. Foram apresentadas as bases do pensamento de Hans Jonas, no tocante ao livro, perspectivas que trouxeram à luz conceitos fundamentais para a renovação do agir e da abordagem no horizonte ético-ambiental, almejando uma renovação crítica no agir atual.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade** - ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC, 2006. 353p.

LACERDA, F. F.; NOBRE, P.; SOBRAL, M. C.; LOPES, G. M. B.; CHAN, C. S. BRITO, E. Long term climate trends over Nordeste Brazil and Cape Verde. **J Earth Science Climate Change** 2015, 6:8 <http://dx.doi.org/10.4172/2157-7617.1000296>.

LACERDA, F. F.; LOPES, G. M. B.; E. Descontrole Climático e o irreversível progresso desenvolvimentista. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica*, Recife, v.13/14, p.77-84, 2016/2017.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 310p.

MORIN, E. O Método. 5. **A humanidade da humanidade. A identidade humana**. Editora Meridional, 2002. 5a edição — Porto Alegre : Sulina, 2012. 309 p.

OLIVEIRA, A.M. *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 255 p.